

Planus Informática e Tecnologia Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Quotistas da
Planus Informática e Tecnologia Ltda.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Planus Informática e Tecnologia Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planus Informática e Tecnologia Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Imposto de renda e contribuição social

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6, nº 13 e nº 22 (b) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui registrado (i) ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias no montante de R\$5.832 mil (R\$3.056 mil em 31/12/2021) e (ii) imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos registrado na demonstração de resultados do exercício findo nessa data nos montantes de R\$3.523 mil de crédito corrente (R\$4.682 mil de despesa corrente em 2021) e R\$2.776 mil de crédito diferido (R\$3.056 mil de crédito diferido em 2021), respectivamente. A Sociedade, no entanto, revisitou suas apurações fiscais e identificou, durante o ano de 2023, erros nas apurações dos anos de 2022, 2021 e anos anteriores. As apurações corrigidas da Sociedade indicam que, se a Administração tivesse realizado as apurações de acordo com a legislação fiscal vigente, os valores apresentados deveriam ser (i) ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias no montante de R\$6.004 mil (R\$5.786 mil em 31/12/2021) e (ii) imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos registrado na demonstração de resultados do exercício findo nessa data nos montantes de R\$142 mil de despesa corrente (R\$648 mil de despesa corrente em 2021) e R\$217 mil de crédito diferido (R\$1.018 mil de crédito diferido em 2021), respectivamente. Tendo em vista a impossibilidade de abrir os registros contábeis e proceder os ajustes nos respectivos períodos de competência, a Administração decidiu proceder a correção desses erros de forma acumulada no exercício de 2022.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Dessa forma, (i) o ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias estão subavaliados no montante de R\$2.730 mil em 31/12/2021, (ii) o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos registrado na demonstração de resultados do exercício findo em 31/12/2022 estão superavaliados no montante de R\$3.665 mil de crédito corrente (superavaliados no montante de R\$4.034 mil de despesa corrente em 2021) e superavaliados no montante de R\$2.559 mil de crédito diferido (superavaliados no montante de R\$2.038 mil de crédito diferido em 2021).

Conseqüentemente, o lucro líquido de 2022 está superavaliado em R\$6.224 mil (o lucro líquido de 2021 está subavaliado no montante de R\$1.995 mil) e o patrimônio líquido de 31/12/2021 e 01/01/2021 estão subavaliados nos montantes de R\$1.995 mil e R\$4.705 mil, respectivamente. A correção dos erros anteriormente descritos não teve efeito no montante total dos fluxos de caixa, uma vez que todos os efeitos impactam no fluxo de caixa operacional. Adicionalmente, a Sociedade apresentou projeção de resultados futuros para avaliar a capacidade de recuperação do ativo fiscal diferido no montante R\$6.004 mil, em 31 de dezembro de 2022, cujas premissas não estão sob seu controle, e, conseqüentemente, não nos foi possível determinar se teria havido a necessidade de efetuar registro de provisão para recuperação do ativo fiscal diferido.

Receita Líquida

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui registrada receita líquida no montante de R\$ 86.310 mil (R\$ 115.056 mil em 31 de dezembro de 2021). A Sociedade, no entanto, estimou a menor as suas receitas no final do exercício. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras de 2022, o ativo circulante e o resultado do exercício estão subavaliados em R\$ 602 mil.

Provisão genérica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Sociedade possui passivo de provisão genérica a pagar no montante de R\$1.477 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.511 mil em 31 de dezembro de 2021). Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, o saldo do passivo circulante está apresentado a maior em 1.477, o patrimônio líquido a menor em R\$1.511 mil e o lucro do exercício está apresentado a menor em R\$R\$34 mil.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins

Conforme descrito na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou uma ação de um contribuinte a respeito inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins decidindo favoravelmente para o contribuinte, ou seja, o órgão máximo julgador reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das referidas contribuições, sendo a referida decisão de repercussão geral. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal procedeu a modulação do tema eliminando as dúvidas que existiam sobre a mensuração do ativo. Naquele momento, 13 de maio de 2021, as empresas passaram a ter o direito ao ativo referente ao indébito tributário (pagamento indevido). Em 10 de outubro de 2022, a ação judicial da Sociedade, realizada através do Mandado de Segurança nº 5009852-73.2020.4.03.6100, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, transitou em julgado em favor da Sociedade. Tendo em vista a impossibilidade da Administração de abrir os registros contábeis de 2021 e de 2022 e proceder o registro do ativo e seus impactos, a Administração da Sociedade procedeu o registro do ativo e seus impactos apenas em 2023. Conseqüentemente, o ativo e o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021 e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão subavaliados em R\$ 1.702 mil e o ativo e o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2022 e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão subavaliados em R\$ 1.958 mil, R\$ 1.958 mil e R\$ 256 mil, respectivamente.

Ajuste a valor presente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Sociedade possui um contas a receber pela venda da operação de “printing” no montante de R\$8.600 mil em 31 de dezembro de 2021 que não se encontra ajustado a valor presente. Consequentemente, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo e do patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$407 mil, e o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$407 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.944	2.251	Fornecedores		8.116	6.111
Contas a receber de clientes	4	11.019	19.353	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	8.606	6.374
Partes relacionadas	8	35	57	Impostos a recolher	13	2.598	8.428
Estoques	5	1.249	3.079	Adiantamento de clientes		516	1.877
Impostos a recuperar	6	1.636	2.327	Empréstimos e Financiamentos	17	18	3.941
Adiantamento a fornecedores		11	1.203	Partes relacionadas	8	549	5.146
Contas a receber - venda operação "printing"	7	1.090	6.117	Arrendamentos a pagar	12	2.009	2.501
Despesas antecipadas		100	109	Provisão para contratos onerosos	15	750	933
Total do ativo circulante		<u>29.085</u>	<u>34.496</u>	Outros passivos		219	184
				Total do passivo circulante		<u>23.381</u>	<u>35.495</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	22.b	5.832	3.056	Impostos a recolher	13	6.581	7.413
Contas a receber - venda operação "printing"	7	-	2.483	Provisão para riscos	16	2.408	1.381
Direito de Uso	11	4.894	6.321	Empréstimos e Financiamentos	17	-	2.649
Imobilizado	9	1.917	3.296	Arrendamentos a pagar	12	3.156	3.879
Intangível	10	68	156	Total do passivo não circulante		<u>12.145</u>	<u>15.322</u>
Total do ativo não circulante		<u>12.711</u>	<u>15.312</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
				Capital social		25.541	23.541
				Reserva Lucros		1.084	1.084
				Prejuízos Acumulados		(20.355)	(25.634)
				Total patrimônio líquido		6.270	(1.009)
TOTAL DO ATIVO		<u>41.796</u>	<u>49.808</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO		<u>41.796</u>	<u>49.808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	19	86.310	115.056
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	<u>(72.102)</u>	<u>(105.870)</u>
LUCRO BRUTO		14.208	9.186
Despesas gerais e administrativas	20	(14.373)	(11.284)
Outras receitas operacionais, líquidas		714	3.599
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>549</u>	<u>1.501</u>
Resultado financeiro líquido	21	(1.569)	(1.707)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(1.020)</u>	<u>(206)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22		
Corrente		3.523	(4.682)
Diferido	22.b	<u>2.776</u>	<u>3.056</u>
		6.299	(1.626)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u><u>5.279</u></u>	<u><u>(1.832)</u></u>
Lucro (Prejuízo) líquido por ação (básico e diluído) - em R\$		52,79	(18,32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	5.279	(1.832)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>5.279</u>	<u>(1.832)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		23.541	1.084	(23.802)	823
Prejuízo do exercício		-	-	(1.832)	(1.832)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>23.541</u>	<u>1.084</u>	<u>(25.634)</u>	<u>(1.009)</u>
Aumento de capital	18	2.000	-	-	2.000
Lucro do exercício		-	-	5.279	5.279
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>25.541</u>	<u>1.084</u>	<u>(20.355)</u>	<u>6.270</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) do exercício		5.279	(1.832)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	9 e 10	1.679	6.693
Amortização de direito de uso de arrendamento	11	2.123	709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(702)	899
Provisão para contratos onerosos	15	(183)	933
Constituição de provisão para riscos	16	1.027	1.088
Constituição (reversão) de provisão para perdas no estoque	5	(1.133)	2.099
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	17	116	1.286
Encargos financeiros sobre arrendamento	12	589	283
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)		(6.299)	2
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	9 e 10	-	1.405
		<u>2.496</u>	<u>13.565</u>
Redução (aumento) em ativos:			
Contas a receber de clientes		9.036	(3.661)
Estoques		2.963	1.482
Impostos a recuperar		691	3.832
Adiantamento a fornecedores		1.192	(1.174)
Outros ativos		131	(37)
Contas a receber - venda operação "printing" - estoques		-	(1.829)
Redução (aumento) nos passivos:			
Fornecedores		2.005	(4.939)
Obrigações sociais		2.231	1.624
Impostos a recolher		(2.996)	3.431
Adiantamento de clientes		(1.360)	(4.631)
Outros passivos		34	(21)
CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		<u>16.422</u>	<u>7.642</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	17	(116)	(1.286)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(142)	(1.624)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		<u>16.164</u>	<u>4.732</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento da venda de "printing"		7.410	-
Aumento do ativo imobilizado	9	(212)	(4.960)
Diminuição (Aumento) de direitos de uso		1	281
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento		<u>7.199</u>	<u>(4.679)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aporte de capital	18	2.000	-
Empréstimos recebidos (pagos) de (a) partes relacionadas		(4.597)	5.146
Captação de empréstimos e financiamentos	17	-	3.673
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(6.572)	(6.845)
Pagamentos de arrendamentos	12	(2.501)	(1.326)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>(11.670)</u>	<u>648</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>11.693</u>	<u>701</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.251	1.550
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		13.944	2.251
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>11.693</u>	<u>701</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em reais mil - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Planus Informática e Tecnologia Ltda. (“Sociedade”), constituída em 22 de setembro de 1987, na modalidade empresarial limitada, detendo de escritórios comerciais em São Paulo/SP (Matriz), Barueri/SP (Filial) e Serra/ES (Filial). Atuante em todo território nacional, tem por objeto social a consultoria, assessoria, suporte técnico, locação de máquinas e equipamentos, assim como cessão de direitos de software voltada para soluções de tecnologia, disponíveis no mercado para compor ofertas customizadas para cada tipo de negócio.

Compõe nossas atividades Cloud Services, Cybersecurity, Data Center, Gestão de dados, Networking, Networking as a Service (NaaS), Devices, Devices as Service (DaaS), Digital Workspace, Manager Services e Business Continuity.

Desde 6 de março de 2020 a Sociedade faz parte do Grupo de origem francesa VINCI Energies, onde houve aquisição de 100% do seu capital. A VINCI está presente em 100 países e atingiu em 2021 receita operacional de EUR 49.396 bilhões, contando atualmente com cerca de 260.000 colaboradores em todo o mundo. (informação não auditada)

A partir de 17 de junho de 2021 a Sociedade passou a atuar sob a marca global AXIANS, marca de tecnologia da informação e comunicação da VINCI Energies, presente em 25 países, com mais de 12 mil colaboradores, faturou mais de 2,6 bilhões de euros no mundo em 2020. Sua proposta é entregar o melhor da tecnologia com um toque humano e apoiar as empresas em sua jornada de transformação digital de forma sustentável. (informação não auditada)

Em 30 de novembro de 2021 foi realizada a venda da operação de “printing” (“outsourcing” de impressão), no intuito de manter o foco nas soluções *core* da marca Axians de Cloud Services, Cybersecurity, Data Center, Gestão de dados, Networking, Networking as a Service (NaaS), Devices, Devices as Service (DaaS), Digital Workspace, Manager Services e Business Continuity.

A Diretoria da Sociedade entende que não existe risco de inadimplência ou de continuidade operacional. A expectativa da Diretoria é de que a geração de caixa seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Sociedade, contando também com suporte do grupo Vinci Energies do Brasil, se necessário.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo, vide item (m), das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A acionista tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Planus, apesar dos prejuízos apresentados no últimos anos, possui recursos adequados para sua continuidade operacional nos próximos exercícios. Portanto, continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2. Base para preparação e principais práticas contábeis

a) Equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Contas a receber

Estão registrados os saldos decorrentes de prestações de serviços e vendas de mercadorias atreladas à atividade operacional da Sociedade.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base na perda esperada (conforme pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros), na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, sejam por via administrativa ou judicial.

c) Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9.

A taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

d) Tributação

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados nos ativos circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na medida em que não seja provável a realização de lucros tributáveis disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados *são revisados* a cada data do balanço e *são reconhecidos* na extensão em que se torn provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras segundo a Diretoria da Sociedade.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

g) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis, deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, se aplicável, até a data do balanço.

h) Reconhecimento de Receita

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de aditivos, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que eles resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

A receita dos contratos de prestação de serviços recorrentes são reconhecidas à medida em que os serviços são executados.

A receita dos contratos de revenda são reconhecidas à medida em que há a transferência dos riscos e benefícios atrelados aos equipamentos e/ou produtos.

i) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e líquidos dos impostos recuperáveis. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados e necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

A cada fechamento de balanço a Diretoria realiza a análise de realização dos estoques e constitui provisão para perda por giro dos estoques, levando em consideração o prazo para perda tecnológica, demanda do mercado e vínculo contratual.

j) Moeda funcional e de apresentação

A Sociedade definiu o Real (R\$) como sendo a moeda funcional, pois melhor reflete o ambiente econômico no qual está inserida. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

k) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os pagamentos de arrendamento estão classificados como atividade de financiamento e juros pagos estão demonstrados nas atividades operacionais.

l) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos subsequentemente, são principalmente: Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD, Provisão para perda por giro do estoque, Impostos Diferidos e Continuidade dos Negócios, cujos critérios foram descritos acima.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Sociedade utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Sociedade determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

n) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17/CPC 50	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	1º de janeiro de 2023

o) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3/CPC 15 (R1)	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37/CPC 25	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

2.3. Direitos de Usos – reclassificação de saldos

A Administração da Sociedade revisitou a reclassificação de seus ativos direitos de uso, cujo o lastro são equipamentos e computadores adquiridos mediante “leasing”, e que haviam sido originalmente classificados como imobilizado. Com o intuito de seguir as práticas utilizadas pelo Grupo VINCI Energies, a Sociedade revisitou a apresentação dos saldos para 31 de dezembro de 2021 (R\$2.104), e passou a apresentar esses equipamentos e computadores em rubrica específica de "direto de uso" no ativo não circulante no balanço patrimonial.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Em dezembro de 2022 foi realizado uma aplicação financeira de curto prazo no valor de R\$5.000, representado por certificados de depósitos bancários com taxa média de 1,13% a.m. e prazo máximo de resgate em 365 dias.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	-	2
Bancos - conta movimento	8.944	1.376
Aplicações financeiras	<u>5.000</u>	<u>873</u>
	<u>13.944</u>	<u>2.251</u>

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber		
Clientes	12.235	21.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.216)</u>	<u>(1.918)</u>
Total contas a receber de clientes	<u>11.019</u>	<u>19.353</u>

Os saldos de contas a receber de clientes, agrupados por prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2022 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	9.687	14.876
Vencido até 30 dias	1.111	2.084
Vencido entre 31 e 90	249	1.160
Vencido entre 91 e 180	-	874
Vencido entre 181 e 360	31	1.026
Acima de 360	<u>1.157</u>	<u>1.251</u>
Total	<u>12.235</u>	<u>21.271</u>

A Sociedade considera que o montante constituído como provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD é suficiente para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação da provisão para PECLD é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	(1.918)	(1.019)
Provisão	-	(899)
Reversão	<u>702</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(1.216)</u>	<u>(1.918)</u>

5. ESTOQUES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Estoque para Prestação de Serviços	3.671	6.334
Estoque para Revenda	892	1.192
Provisão para valor realizável do estoque	<u>(3.314)</u>	<u>(4.447)</u>
Total	<u>1.249</u>	<u>3.079</u>

Embora a Sociedade tenha constituído durante os exercícios de 2021 e 2020 uma provisão para perda significativa visando ajustar o valor realizável dos estoques, em 2022 houve realização de parte desta provisão através da utilização em projetos de prestação de serviços e vendas à terceiros, de forma a diminuir os riscos de perdas. Também houve significativa diminuição de compras mantendo o estoque em volumes mais baixo e assim colaborando com a diminuição de obsolescência e risco. Segue abaixo a movimentação de provisão para valor realizável do estoque:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	(4.447)	(2.348)
Constituição	(102)	(2.099)
Reversão	1.235	-
Saldo no fim do exercício	<u>(3.314)</u>	<u>(4.447)</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ/CSLL – Saldo Negativo de IRPJ (a)	127	758
IRPJ/CSLL - Retenções de Clientes (b)	661	696
Pis/COFINS (c)	760	556
ISS a recuperar	12	225
ICMS a recuperar (d)	61	79
INSS a recuperar (e)	<u>15</u>	<u>13</u>
Total	<u>1.636</u>	<u>2.327</u>

Os saldos de impostos a recuperar atuais referem-se: (a) IRPJ/CSLL negativos a serem compensados no período subsequente com impostos de mesma natureza ou outros impostos federais; (b) Créditos de IRPJ/CSLL retidos na fonte; (c) Créditos de PIS/COFINS retidos na fonte e oriundos de compras para atividade de venda e serviços; (d) Créditos de ICMS sobre compras para revenda; e (e) INSS retidos sobre prestação de serviços. Destacamos que o total do saldo se encontra dentro do ativo circulante com previsão de realização no prazo de 12 (doze) meses.

7. CONTAS A RECEBER - VENDA OPERAÇÃO DE "PRINTING"

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Venda operação "Printing"	<u>1.090</u>	<u>8.600</u>
Total de Outros ativos	<u>1.090</u>	<u>8.600</u>
Curto Prazo	1.090	6.117
Longo Prazo	-	<u>2.483</u>
Total	<u>1.090</u>	<u>8.600</u>

Os saldos acima representam o saldo a receber remanescente decorrente da venda de uma das atividades da Sociedade (Operação de "Printing – Outsourcing" de Impressão) em 2021. Os pagamentos estão sendo realizados conforme o cronograma inicial, sem alterações, tendo a previsão de liquidação em 30/11/2023.

Até a data de divulgação destas Demonstrações Financeiras, não identificamos atrasos nas parcelas a receber da adquirente.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações entre as partes relacionadas são celebradas de acordo com as negociações entre as partes. As principais transações são empréstimos a curto prazo e prestação de serviços. Os Administradores da Sociedade não recebem bônus e/ou participação nos lucros.

Possuímos saldos com outras empresas do grupo das quais o custo de maior valor se referente ao contrato de prestação de Serviços de TI junto a Vinci System Information, custo de marcas pago a Vinci do Brasil e outros serviços referente a subcontratações de serviços.

	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
VINCI ENERGIES DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	-	(1.247)	-	-	(2.930)
VINCI ENERGIES SYSTEME INFO	-	-	(802)	-	-	(1.455)
SISNERGY – SOLUÇÕES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA.	35	152	(450)	43	5.134	(864)
AXIAN SEU	-	53	(227)	-	-	-
VINCI ENERGIES MANAGEMENT	-	344	(204)	-	12	(269)
ACUNTIA	-	-	(32)	-	-	(95)
C.I.I.B. Ltda.	-	-	23	-	-	(37)
INTECH	-	-	26	14	-	98
Axians Networks Ltd.	-	-	172	-	-	-
Total	35	549	(2.741)	57	5.146	(5.552)

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação %	31.12.2022			31.12.2021		
		Custo	Depreciação	Valor	Valor	Depreciação	Custo
			acumulada	Líquido	líquido	acumulada	
Máquinas e Equipamentos	33	185	(89)	96	190	(69)	121
Computadores/ Máquinas	23	27.941	(26.809)	1.132	27.957	(25.558)	2.399
Móveis e Utensílios	10	476	(189)	287	476	(152)	324
Instalações	5	389	(57)	332	389	(19)	370
Benfeitorias	10	127	(57)	70	127	(45)	82
Total		29.118	(27.201)	1.917	29.139	(25.843)	3.296

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	3.296	15.008
Adições:		
Instalações	-	388
Máquinas e Equipamentos	-	-
Computadores/ Periféricos	208	4.277
Móveis e Utensílios	4	295
Benfeitorias	-	-
Total de adições	<u>212</u>	<u>4.960</u>
Baixas líquidas (a)	-	(8.162)
Transferência (b)	-	(2.104)
Depreciação acumulada	<u>(1.591)</u>	<u>(6.406)</u>
Saldo final	<u><u>1.917</u></u>	<u><u>3.296</u></u>

(a) Substancialmente relacionado à operação de “printing”. Vide nota explicativa nº 7.

(b) Substancialmente relacionado ao reconhecimento do IFRS 16. Vide nota explicativa nº 2.3.

10. INTANGÍVEL

	<u>31.12.2022</u>			<u>31.12.2021</u>			
	20%	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software		<u>1.679</u>	<u>(1.611)</u>	<u>68</u>	<u>1.679</u>	<u>(1.523)</u>	<u>156</u>
Total		<u><u>1.679</u></u>	<u><u>(1.611)</u></u>	<u><u>68</u></u>	<u><u>1.679</u></u>	<u><u>(1.523)</u></u>	<u><u>156</u></u>

A movimentação do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	156	457
Baixas líquidas	-	(14)
Amortização	<u>(88)</u>	<u>(287)</u>
Saldo final	<u><u>68</u></u>	<u><u>156</u></u>

11. DIREITOS DE USO

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Sociedade aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada.

Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Sociedade e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente.

A Sociedade aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Os principais contratos de arrendamento da Sociedade referem-se à locação dos imóveis, equipamento e veículos.

A movimentação da operação de arrendamento está demonstrada a seguir:

Descrição	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.035	-	-	4.035
Arrendamento	516	-	375	891
Transferência (a)	-	2.104	-	2.104
Amortização	(569)	-	(140)	(709)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.982	2.104	235	6.321
Arrendamento	-	505	191	696
Amortização	(992)	(953)	(178)	(2.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.990	1.656	248	4.894
Direito de uso líquido	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2022	2.990	1.656	248	4.894
Saldo em 31/12/2021	3.982	2.104	235	6.321
Taxa anual média de amortização:		9,12%	10,64%	11,02%

(a) Substancialmente relacionado ao reconhecimento do IFRS 16. Vide nota explicativa nº 2.3.

12. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Sociedade possui contratos de arrendamentos relacionados ao direito de uso de bens imóveis e de veículos conforme segue:

	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.111	-	-	4.111
Juros incorrido	268	15	-	283
Adições	797	375	-	1.172
Contraprestações Pagas	(1.156)	(170)	-	(1.326)
Transferência (a)	-	-	2.140	2.140
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.020	220	2.140	6.380
Adições	-	192	505	697
Juros incorrido	348	14	227	589
Contraprestações Pagas	(1.215)	(178)	(1.108)	(2.501)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.153	248	1.764	5.165

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Curto Prazo	2.009	2.501
Longo Prazo	<u>3.156</u>	<u>3.879</u>
Total de arrendamento	<u>5.165</u>	<u>6.380</u>

- (a) Os equipamentos financiados para a prestação de serviços que possuem um prazo superior a 12 meses estão reconhecidos dentro das normas de contabilidade CPC 06 (R2) e foram transferidos de empréstimos a pagar para arrendamentos a pagar (vide nota explicativa nº 17).

Segue abaixo movimentação do resultado de arrendamento mercantil:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Amortização do arrendamento	(1.192)	(1.654)
Juros incorridos	<u>(589)</u>	<u>(444)</u>
Total	<u>(2.501)</u>	<u>(2.098)</u>

13. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Parcelamentos de impostos (i)	8.262	8.794
Imposto de renda de pessoa jurídica a recolher	98	3.345
Contribuição social a recolher	47	1.882
PIS/COFINS a recolher	702	1.243
ICMS a recolher	67	516
Imposto de renda retido na fonte a recolher	3	36
Outros impostos a recolher	-	25
Total	<u>9.179</u>	<u>15.841</u>
Circulante	2.598	8.428
Não Circulante	6.581	7.413

- (i) Parcelamento de ISS advindo do não recolhimento entre os períodos de 2010 e 2016 e com homologação firmada em 24 de outubro de 2017 em 120 parcelas, com prazo de quitação em 31 de outubro de 2027. As parcelas são atualizadas mensalmente pela SELIC.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os saldos das obrigações trabalhistas e previdenciárias estão assim compostos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão prêmio de desempenho	2.985	1.204
Provisões para férias	1.277	1.178
Provisão de encargos trabalhistas e previdenciários	1.477	1.511
INSS	1.339	832
IRRF	500	591
Provisões para acordos de rescisão trabalhista	164	302
FGTS	444	456
Outras obrigações	406	187
Salários a pagar	13	113
Total	<u>8.605</u>	<u>6.374</u>

15. PROVISÕES PARA CONTRATOS ONEROSOS

O saldo de provisões é assim composto:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para contratos onerosos (i)	933	1.334	(1.517)	750
Total	<u>933</u>	<u>1.334</u>	<u>(1.517)</u>	<u>750</u>

- (i) A Sociedade reconhece em suas demonstrações financeiras provisão para os projetos com seus clientes cujos resultados apresentam-se de forma onerosa.

16. PROVISÕES PARA RISCOS

A Sociedade é parte em ações judiciais de natureza trabalhista cuja sua materialidade esta suportada pela provisão. Os processos de natureza tributária são administrativos diante a discussão de um auto de infração junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. A Diretoria acredita estar suportada pela opinião e nas estimativas de seus assessores legais, que as provisões para riscos são suficientes para cobrir as eventuais perdas. A Sociedade não possui ações de riscos possíveis.

Essas provisões estão assim demonstradas:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhista	1.381	477	(456)	1.402
Fiscal	-	1.006	-	1.006
Total	<u>1.381</u>	<u>1.483</u>	<u>(456)</u>	<u>2.408</u>

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Capital de Giro (a)	BNDES (b)	“Leasing” (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.108	108	7.686	11.902
Captações	-	-	3.673	3.673
Pagamento principal	(2.263)	(76)	(4.506)	(6.845)
Pagamento juros	(412)	(11)	(863)	(1.286)
Juros incorridos	412	11	863	1.286
Transferências (d)	-	-	(2.140)	(2.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.845</u>	<u>32</u>	<u>4.713</u>	<u>6.590</u>
Pagamento principal	(1.845)	(29)	(4.698)	(6.572)
Pagamento juros	(51)	(2)	(63)	(116)
Juros incorridos	51	2	63	116
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>15</u>	<u>18</u>

	Capital de Giro (a)	BNDES (b)	“Leasing” (c)	2022 Total	2021 Total
Curto Prazo	-	3	15	18	3.941
Longo Prazo	-	-	-	-	2.649
Total	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>15</u>	<u>18</u>	<u>6.590</u>

- (a) A Sociedade possui empréstimos com instituições bancárias locais com o objetivo de financiar os investimentos em equipamentos para a prestação de serviços com prazo médio de 34 meses à taxa de juros entre 0,87% e 1,49% ao mês. Os contratos de financiamento não possuem compromissos ou limitações (“covenants” financeiros).
- (b) A Sociedade realizou financiamentos de Longo Prazo no ano de 2018 junto ao BNDES para financiamento de investimentos no qual possui prazo médio de 48 meses à taxa de juros de 1,40% ao mês. Os contratos de empréstimos não possuem compromissos ou limitações.
- (c) As operações de “leasing” junto as instituições financeiras que objetivavam financiar os investimentos em equipamento para a prestação de serviços com o prazo médio de 30 meses à taxa de juros entre 0,82% e 1,26% ao mês. Os contratos possuem os próprios equipamentos como garantia uma vez que a transferência de titularidade se dá à opção de compra realizada na última parcela de cada operação.
- (d) Os equipamentos financiados para a prestação de serviços que possuem um prazo superior a 12 meses estão reconhecidos dentro das normas de contabilidade CPC 06 (R2) e foram transferidos para arrendamentos a pagar vide nota explicativa nº 11.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 9 de novembro de 2022, a Sociedade deliberou pelo aumento de capital no valor de R\$2.000 mediante a emissão de 2.000.000 novas quotas de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Sociedade é de R\$25.541, representado por 25.540.957 quotas de R\$1,00 (em 2021, de R\$23.541 representados por 23.540.957 quotas de R\$1,00) detidos pela Vinci Energies do Brasil Engenharia e Participações Ltda.

A deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício da Sociedade, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras, compete à reunião de sócios a realizar-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, por proposta da Diretoria da Sociedade.

A avaliação da Sociedade pelo pagamento de lucros aos cotistas, durante cada exercício social, é feita com base na sua capacidade de geração de fluxo de caixa, levando-se em consideração suas projeções de longo prazo, incluindo os planos de investimento, bem como outros fatores que a Sociedade entenda pertinentes, tais como a obtenção e/ou manutenção dos indicadores financeiros.

19. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta de Serviços	43.082	66.932
Receita bruta de Revenda	50.169	55.147
Receita bruta de Locação	3.108	7.437
Demais Receitas	-	978
<u>Deduções e impostos incidentes sobre vendas:</u>		
Impostos	(9.602)	(14.771)
Abatimentos	(447)	(667)
Total de receitas líquidas de vendas	<u>86.310</u>	<u>115.056</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mão de obra e outros gastos	(23.875)	(16.167)
Material para uso na prestação de serviços e revenda	(42.952)	(64.154)
Seguros, honorários advocatícios, consultorias e auditorias	(1.113)	(4.825)
Subcontratação de serviços técnicos e profissionais	(7.152)	(10.472)
Despesas com viagens	(656)	(654)
Aluguéis e condomínios	(1.756)	(967)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(1.844)	(1.164)
Depreciação e Amortização	(2.801)	(6.693)
Provisão valor realizável líquido dos estoques	1.133	(2.098)
Provisões (reversão) para contratos onerosos	182	(933)
Provisão para riscos	(1.027)	(1.045)
Provisão (reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	702	(2.809)
Outros gastos operacionais	(1.595)	(937)
Taxa Adm / Gerenciamento de Tecnologia / Uso da Marca	(3.721)	(4.236)
Total de Gastos	<u>(86.475)</u>	<u>(117.154)</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas gerais e administrativas	(14.373)	(11.284)
Custos dos serviços prestados	<u>(72.102)</u>	<u>(105.870)</u>
Total	<u>(86.475)</u>	<u>(117.154)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações	48	3
Descontos obtidos	128	322
Juros recebidos	8	-
Outras receitas financeiras	<u>205</u>	<u>323</u>
Subtotal	<u>389</u>	<u>648</u>
Despesas financeiras:		
Juros incorridos	(1.554)	(2.035)
Descontos concedidos	-	(56)
Despesas bancárias	(167)	(228)
Variação cambial passiva	<u>(237)</u>	<u>(36)</u>
Subtotal	<u>(1.958)</u>	<u>(2.355)</u>
Total	<u>(1.569)</u>	<u>(1.707)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2022 e de 2021 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.020)	(206)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de imposto de renda e contribuição	347	70
Efeitos tributários	<u>5.952</u>	<u>(1.696)</u>
IR e CS no resultado	6.299	(1.626)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	3.523	(4.682)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	<u>2.776</u>	<u>3.056</u>
	<u>6.299</u>	<u>(1.626)</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para contratos onerosos	750	933
Provisões para riscos	2.408	1.381
Provisão para PECLD, perdas de estoque, multa rescisória e aviso prévio	<u>13.995</u>	<u>6.675</u>
Total	<u>17.153</u>	<u>8.989</u>
 Ativo Diferido	 <u><u>5.832</u></u>	 <u><u>3.056</u></u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A Sociedade mantém operações envolvendo instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil, que se aproximam do valor de mercado devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

A Sociedade não aplica em derivativos, os valores justos de ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Sociedade está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Sociedade.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é pulverizada de forma a que a Sociedade não esteja dependente de um cliente ou operação. Na sua grande maioria, os contratos são de longo prazo com cláusulas de interrupção.

Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilam devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Sociedade gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

As análises são feitas através da elaboração de um fluxo de caixa detalhado, alinhado com o plano de negócios, que é monitorado tempestivamente pela Diretoria.

Estimativa do valor justo

Como política de gestão de instrumentos financeiros, a Sociedade busca permanentemente monitorar seus principais riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Sociedade estão apresentados a seguir:

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Categoria</u>
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	13.944	2.251	Custo amortizado
Contas a receber	11.019	19.353	Custo amortizado
Venda atividade ("Printing")	1.090	8.600	Custo amortizado
Passivos financeiros e arrendamentos/"leasing":			
Fornecedores	8.116	6.111	Custo amortizado
Arrendamentos	5.165	6.380	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	18	6.590	Custo amortizado
Partes relacionadas	549	5.146	Custo amortizado

24. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade realizou a seguinte atividade de investimento não envolvendo caixa e, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Venda da operação de "printing"	-	6.771

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de outubro de 2022, a ação judicial da Sociedade, realizada através do Mandado de Segurança nº 5009852-73.2020.4.03.6100, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, transitou em julgado em favor da empresa, sendo o ativo de R\$ 1.958 mil registrado em 2023.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 20 de outubro de 2023.
